



Atentado em Las Vegas

ARTIGOS
DISCUTEM O
CONTROLE
DE ARMAS E A
SEGURANÇA
PÚBLICA

MASSACRES TEMOS AOS MONTES
VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA

A Associação Nacional do Rifle, dos EUA, surpreendeu a todos quando, no dia 5/10/2017, demonstrou publicamente seu apoio à regulação da venda de dispositivos que aumentam o poder de fogo das armas. Foi uma sinalização de que há necessidade de regular, colocar limites no uso de armas. Na venda de armas. E que os lucros não podem ser priorizados em relação à vida.

Talvez estejamos numa sociedade que funcione de um jeito que deixe as pessoas tão desamparadas, inseguras e sozinhas que encontrar ajuda seja mais difícil do que comprar

dispositivos para deixar armamentos poderosos ainda mais perigosos.

Suplementos e armamentos semiautomáticos são vendidos atualmente nos EUA. A acessibilidade do povo norte-americano a armamentos está sendo revista justamente pela rica associação de armamentos poderosos e isso já é um fato a se comemorar.

Quem sabe a tal associação de armamentos não possa revisar, inclusive, as motivações para sua existência e, quem sabe, num gesto de caridade, fazer o grande favor social de deixar de existir. E só aparecer quando for necessário explicar o porquê desapareceu.

A concessão de apoio aos limites dos armamentos providenciados por essa Associação

Nacional do Rifle é um sinal de recuo, feito justamente após o massacre que matou 59 em Las Vegas, na madrugada do dia 2/10/2017, efetuado pelo cidadão norte-americano Stephen Paddock.

Fortemente armada, essa pessoa se instalou numa altura considerável e, à vontade em seu quarto confortável, matou pessoas como se fossem insetos. Matou muitos e de forma rápida. Massacre imprevisível. Imprevisível?

Deixar armas acessíveis numa sociedade à beira do caos não torna os massacres imprevisíveis. Ou vai dizer que depois dessa notícia ninguém está imaginando quando e onde será o próximo massacre? Sim, eles são previsíveis.

Mas as forças armadas norte-americanas insistem em classificar o risco, a previsibilidade de episódios tristes como esse em categorias que fogem ao que eles consideram como normal. Usar turbante, ser negro, ser portador declarado de um sofrimento mental, ser de outra etnia, ser pobre, não heterossexual, desempregado, excluído pelos familiares, esse é o tipo de risco que eles enxergam. Paddock prova que eles estão errados.

As forças armadas brasileiras insistem em classificar o risco também em categorias de eficiência duvidosa. O que foge ao que eles consideram como normal? Jovens envolvidos com política, coletivos sociais organizados em busca de direitos como moradia, alimentação, educação, estudantes. Gente que batalha para desmascarar delitos e luta para entender e mudar o mundo. Pessoas que se autorizam a liberdade para vivenciar o prazer e assim, afirmar a vida. Afinal, sabe-se que fotos de pessoas nuas, mostras de arte polêmicas ou grupos de reflexões acadêmicas não são capazes de matar 59 e ferir mais de 500 pessoas ao mesmo tempo. Por que punir/proibir? Será que ter direito a se manifestar e interagir não pode ser o remédio para uma sociedade que se fecha em si mesma até sufocar e depois explode, em fúria, atirando?

O cara que fez isso era um “cara normal”. Homem branco, casado, provavelmente heterossexual, sem antecedentes criminais, não

professava nenhuma religião islâmica, tinha bens, vida social confortável, família típica que gostava dele, não era jovem demais nem velho demais, ausência de ficha psiquiátrica ou escândalos em sua vida pessoal.

Acredito que Paddock escancarou para a sociedade que o problema está em ser normal. Sim, não dá para ser normal, não. Você já se perguntou sobre o que é ser normal? Como é produzida essa tal de norma?

Duvido que ninguém sinta ou ao menos suspeite que para encaixar uma pessoa nos padrões da normalidade se usa de muita violência. Para aparar arestas e homogeneizar, massacres são cometidos ao longo do tempo, sem direito de reação e com menor visibilidade. Mas os estragos são grandes, tão grandes que, nesses cortes, mutilamos irremediavelmente.

SERÁ QUE TER DIREITO A SE MANIFESTAR E INTERAGIR NÃO PODE SER O REMÉDIO PARA UMA SOCIEDADE QUE SE FECHA EM SI MESMA ATÉ SUFOCAR E DEPOIS EXPLODE, EM FÚRIA, ATIRANDO?

Acabar com o que faz dos seres humanos as verdadeiras obras-primas – sua diversidade – é colocar um ponto final na arte de viver. Vai resultar em acabar com o que há de mais interessante em nós mesmos. Daí para ser como um cidadão normal, como o Paddock, não vai faltar nada.

Massacres, caro leitor, temos aos montes no Brasil: Janaúba, Rio de Janeiro, Congresso Nacional. E pode apostar que os piores assassinos são os considerados normais, e aquelas piores notícias provenientes deles não serão mais divulgadas na internet. Vamos ter que estudar mais e procurar mais para saber.

Agradecimentos especiais a Thaís Ishimoto, assistente social do Centro de Referência da Assistência Social da Prefeitura de Miracatu, pela importância dada ao tema.



Vivian de Jesus Correia e Silva é mestre e doutoranda em Psicologia e Sociedade pela Unesp e Psicóloga do Departamento de Assistência Social da Prefeitura de Miracatu, SP

ANA PAULA SILVA E MILTON LAHUERTA

GRANDE POLÍTICA E VIOLÊNCIA DE ÓDIO

ANA PAULA SILVA E MILTON LAHUERTA

A tragédia de Las Vegas recoloca com força no debate público problemas considerados fundamentais para o futuro da democracia nos EUA e no mundo. Amplamente tratados pelos meios de comunicação e pela academia norte-americana, temas como o controle de armas, a segurança pública, a vigilância e a reflexão sobre a estrutura organizacional dedicada a evitar tais processos voltam a estar no centro das atenções e podem dar a impressão de que se está enfrentando com seriedade as causas da violência de ódio que, frequentemente, acomete essa sociedade. Não obstante, se olharmos com mais rigor para a situação, perceberemos que mais uma vez se está reiterando avaliações eivadas em bases superficiais, na medida em que não se leva em conta o movimento de estruturação social que está na raiz de tais ataques. Ainda que classificadas aqui como superficiais do ponto de vista sociológico, estas dimensões, sem dúvida, não podem ser menosprezadas, já que trazem à tona aspectos fundamentais do problema, como o grau de letalidade destes eventos, as respostas apresentadas pela política institucional e o volume de dinheiro destinado ao lobby das armas.

Em primeiro lugar, para que se tenha ideia de sua relevância, vale observar a quantidade de dados levantados pelas agências de pesquisa norte-americanas sobre a violência com armas nos EUA. Entre os países mais ricos, os Estados Unidos lideram os ataques violentos com armas. No caso específico do ataque realizado por Stephen Paddock, há que enfatizar ainda que ele fez uso de armas automáticas com um grau extremamente elevado de letalidade, demonstrado pelo número altamente trágico de vítimas fatais e feridas com gravidade em Las Vegas. Outro ponto importante diz respeito ao poder da Associação Nacional pelo Direito às Armas (NAGR) e da Associação Nacional do Rifle (NRA). Após o ataque




em Sandy Hook em 14 de dezembro de 2012, por exemplo, que vitimou mortalmente vinte crianças de 6 a 7 anos e mais seis mulheres que trabalhavam na escola, houve um aumento considerável de dinheiro destinado ao lobby por estas Associações. De janeiro a maio de 2013, foram gastos pela ANGR e pela NRA US\$ 3,8 milhões para fazer lobby junto a deputados e senadores americanos. Este valor foi o equivalente ao triplo do que foi gasto no mesmo período do ano anterior, de acordo com números repassados por lei ao Senado e compilados pela organização Center for Responsive Politics (CRP). É evidente, portanto, que, quanto mais cresce a quantidade e a letalidade destes ataques, maior o volume de dinheiro destinado aos partidos e campanhas políticas norte-americanas que apoiam o uso indiscriminado de armas.

Com o crescimento exponencial, principalmente a partir da década de 1990, deste tipo de ataque, comumente classificado como rampage shooting, a academia norte-americana passou a se debruçar mais detidamente sobre o fenômeno e hoje em dia é possível encontrar uma extensa produção sobre o tema. Além do debate sobre o controle de armas, os pesquisadores norte-americanos também se concentram no estudo da trajetória de vida e dos distúrbios psicológicos dos atiradores; no âmbito das ciências sociais, é possível encontrar também pesquisas sobre a influência dos

meios de comunicação e sobre os erros organizacionais cometidos no enfrentamento do problema. Nota-se que, em função da noção da ideia de excepcionalismo norte-americano, que influencia fortemente a academia, e do cientificismo, as pesquisas norte-americanas tendem a não abordar tais ataques como um fenômeno social, cuja explicação possui raízes nas mudanças da estrutura social, que geram, por sua vez, transformações nos valores e na cultura.

Assim, se é um fato indiscutível que, desde os anos 1960, os Estados Unidos se tornaram uma sociedade menos discriminatória com o movimento pelos direitos civis e o surgimento do feminismo, isso não significou a emergência de uma sociedade mais justa, aberta e igualitária. Ao contrário, na sociedade norte-americana a desigualdade prossegue crescente e afeta, principalmente, os mais pobres, os negros e outras minorias. Vale acrescentar também que este ambiente injusto e desigual reforça o isolamento e a competição predatória entre os indivíduos, alcançando a todos, ainda que de forma diferenciada. Há uma tensão social crescente que, ao aliar individualismo competitivo com normalização excessiva, classifica padrões rígidos de comportamento e estabelece divisões. Esta tensão é criada, pensando de maneira mais ampla, pela necessidade daquilo que Zygmunt Bauman chama de busca da eliminação da ambi-

valência. Como o autor elabora, esta busca é algo característico da modernidade clássica, mas na modernidade radicalizada ela é individual e há algo de autodestrutivo nela, pois quanto mais normas são estabelecidas para se criar controle e eliminar as ambiguidades, mais lugar se dá à ambivalência. Assim, deve-se ressaltar que há uma tradição democrática nas instituições norte-americanas, no entanto, a crise de controle social, evidenciada com a intensificação da vigilância, da punição e da hostilidade ao “outro”, produz uma experiência cotidiana marcada pelo engessamento nas formas de agir e pensar. Na perspectiva da filosofia política, pode-se dizer que este cotidiano social norte-americano está sendo moldado pelo oposto da política, que, segundo Hannah Arendt, é a arte de agir em concertação. Nos termos desta autora, o sentido da política, entendida como um poder concertado, comunicativo e conflitivo, é exatamente apresentar-se como o oposto da violência, que se exercita justamente pela negação do diálogo, pela lógica da ruptura e pela perspectiva de eliminação do “outro”.

Vivemos a era da antipolítica e ela se propaga não apenas nos votos dados a políticos com discursos extremados, que negam o entendimento, mas, principalmente, através da violência difusa, metapolítica, que expressa sempre um sentido absoluto, inegociável, porque se destina a toda uma estrutura social, na qual o indivíduo não consegue compreender o sentido da concertação e, ao mesmo tempo, não desenvolve o repertório necessário para se expressar através de um modo efetivamente político. Se esse diagnóstico faz sentido, não há nenhuma razão para se imaginar que a violência de ódio tenda a diminuir apenas com medidas repressivas. Mais do que nunca, precisamos resgatar a importância da comunicação, da concertação e do respeito radical ao outro como elementos formadores da subjetividade contemporânea, pois sem eles o que ainda parece ser apenas o resultado de individualidades patológicas tenderá a se reproduzir como uma verdadeira epidemia. 



Ana Paula Silva é pesquisadora do Laboratório de Política e Governo da Unesp. E-mail: anapaulasilva4@yahoo.com.br



Milton Lahuerta é coordenador do Laboratório de Política e Governo da Unesp. E-mail: lahuerta@fclar.unesp.br